

No interromper da oração ou o perturbante reflexo da guerra nalguns mosteiros

Do tema e das fontes

O presente trabalho pretende abordar, de forma sintética, um aspecto muito concreto da guerra: o seu reflexo nas comunidades religiosas. No fundo, interessa-nos conhecer o impacto da guerra nos mosteiros medievais portugueses, grosso modo, no último terço do séc. XIV, sobretudo os que conviveram directamente com as tropas, e ver de que modo se manifestou na vivência dessas comunidades. Nesse sentido é imprescindível reflectirmos sobre alguns aspectos, inevitavelmente correlacionados, como sejam as reacções perante a presença do “inimigo” ou as estratégias para evitar derramamento de sangue bem como os dispositivos legais ou de cariz social e cavaleiresco moralmente aceites tendentes à protecção “teórica” das comunidades religiosas e o seu grau de exequibilidade. Tentaremos assim, através de alguns, infelizmente poucos, relatos documentais observar a influência da guerra nas comunidades religiosas e a sua vivência/convivência e sobrevivência durante um dos períodos bélicos que mais intensamente fustigou o Portugal medievo. Esta ligeira incursão é sustentada num núcleo de fontes abrangente e, ao contrário do que à partida se poderia julgar, não muito abundantes e de teor pouco diversificado. De facto, esses elementos surgem-nos, muitas vezes, através de referenciais indirectos, repousando tais informes por entre os contratos enfitêuticos efectuados, no rescaldo dos conflitos, pelas diversas casas monásticas (emprazamento da herdade que foi incendiada, dos tapigos que foram derrubados pelos castelhanos, etc...). Além da documentação monástica é indispensável trocar olhares com as actas das Cortes, as crónicas régias e a legislação sinodal, isto apenas para referirmos as mais produtivas, embora, e reafirmamos, as fontes ficam muitas vezes aquém daquilo que seria conjecturável. A falta de registos mais incisivos acaba por se justificar por um lado pela fuga das comunidades monásticas e a inevitável alteração de hábitos, incluindo de toda a dinâmica administrativa, havendo por isso uma drástica, mas compreensível, diminuição de contratos nos períodos de conflito e por outro lado a própria banalização da guerra, acabando por se traduzir esse reflexo nos assentamentos da época.

De quando a adaga fere a oração

Quanto ao problema em concreto do impacto da guerra nos mosteiros medievais portugueses, mormente nas décadas de setenta e oitenta do séc. XIV, indo ao encontro da “cronologia” abraçada por estas jornadas importa, desde já, estabelecer dois grandes patamares em termos de tipologia, que não sendo, naturalmente, estanques, permitem-nos alguma organização metodológica:

- 1 – As consequências imediatas/momentâneas
- 2 – As consequências a médio e longo prazo

1 – As consequências imediatas/momentâneas

As momentâneas prendem-se, naturalmente, com os ataques directos e fazem-se sentir com maior incidência nos mosteiros localizados nos itinerários de passagem das tropas. Importa, primeiramente, lembrar a posição da Igreja e o papel e a condição dos eclesiásticos na sua curiosa ambivalência com a guerra em tempos medievos. Se por um lado a Igreja tem um papel de mediação e de pacificação, por outro aparece como reguladora dos conflitos, interferindo, delimitando e impondo regras como são sobejamente conhecidas as “Tréguas de Deus” e a “Paz de Deus”¹. De entre os princípios consignados por estas directrizes, sobretudo pela última, encontra-se a recomendação de que se não atacassem os indefesos, grupo onde se incluíam, naturalmente, os eclesiásticos, que estavam impedidos de participar em guerras, revoltas ou quaisquer outro tipo de movimentos populares que implicassem violência². De resto esses eram princípios defendidos por teólogos e canonistas como João de Deus e Martín Perez que reforçavam assim a obrigatoriedade do respeito pelo foro eclesiástico, excluindo-se, desde logo, o recrutamento dos clérigos para os exércitos, até porque os religiosos não deviam pegar em armas contra quem quer que fosse³. A própria legislação sinodal aborda a questão das armas proibindo os religiosos de as usarem, incluindo os próprios cutelos, como estabelece o sínodo diocesano de Braga de D. Gonçalo Pereira

¹ João Gouveia Monteiro, *Lições de História da Idade Média (Sécs. XI-XV)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006, p.37; Alain Demurger, “O templário: um cavaleiro simultaneamente monge e soldado”, in *As cruzadas (1096-1270)*, Cascais, Editora Pergaminho, 2001, p. 143.

² José Antonio Martínez Domínguez, *Os clérigos na Idade Média*, Noia, Editorial Toxosoutos, 2001, p. 150.

³ José Antunes, “A nobreza no “discurso medieval da Confissão” (Séc. XII a XIV)”, in *Revista de História das Ideias*, Vol. 19 (A cultura da nobreza), Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 161,170.

de 1333⁴, embora a legislação subsequente seja bem mais permissiva quanto à utilização dos cutelos⁵, mas restringindo, de uma forma geral, o uso das armas, exigindo, inclusivamente, aos abades e priores das comunidades que não permitissem que os monges e cónegos tivessem armas nas suas celas⁶. Ainda a este propósito, e apesar da sua lavra quatrocentista, parece-nos bastante elucidativo este trecho retirado de um texto sinodal bracarense:

“Porque as armas dos cleriguos som lagrimas e orações, aos quaaes nom convém matar nem ferir, conformando-nos com o direito, mandamos e defendemos que nom seja ousado algum cleriguo ou religioso trazer armas, scilicet lança, dardo, azaguaya, facha, espada, punhal, dagua, besta nem outra alguua arma invasiva, salvo se for cui-tello pequeno pera cortar as unhas, pam, carne e fruta e outra vianda. Porém, se andar caminho e ouver temor passando per algum lugar perigoso, entonce pode levar arma per si ou per outrem e entom nom seja com tençom de matar ou ferir, mas soamente seja pera espantar os que lhe quiserem enpecer e pera se defender se lhe for mester.”⁷

A ética militar e os princípios cavaleirescos defendiam que não se atacassem as igrejas e os religiosos⁸, o que fazia com que muitas pessoas buscassem aí protecção para si e para os seus próprios bens como revela uma passagem da crónica fernandina a propósito da entrada na cidade de Braga das tropas de D. Henrique, em 1369, situação que forçou os habitantes a colocarem “as cousas que levar poderom demtro na See onde lhas nom tomavom”⁹. Não obstante todos os princípios cavaleirescos e ditames legislativos ou de índole moralista que deveriam presidir à prática da guerra a realidade diferia muitas vezes dos sensatos ensinamentos, encerrando a crónica joanina vários episódios onde se mostra que os castelhanos “entravom nas igrejas e roubavam-nas de quamta prata e aver em ellas achavom”¹⁰. E ao falarmos em castelhanos convém fazermos uma clarificação em termos de linguagem, uma vez que a utilização de tal termo é aqui empregue para designar o grupo de invasores, embora seja importante não esquecer que não é tão linear falar-se em oposi-

⁴ *Synodicon Hispanum*, edicion critica dirigida por Antonio Garcia y Garcia, Vol. II-*Portugal*, por Francisco Cantelar Rodriguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio Garcia y Garcia, António Gutierrez Rodriguez, Isaiás da Rosa Pereira, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, p.52 (Doravante passamos a citar esta obra apenas por: *Synodicon Hispanum*,...).

⁵ O sínodo diocesano de Valença do Minho, de Fevereiro de 1444, apesar de proibir a utilização de armas por parte dos religiosos, permite-lhe que utilizem cutelos (cf. *Synodicon Hispanum*, Vol. II, p.428).

⁶ *Synodicon Hispanum*, Vol. II, p.120.

⁷ *Synodicon Hispanum*, Vol. II, p.122.

⁸ João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p.455.

⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, com uma introdução pelo Prof. Salvador Dias Arnaut, Porto, Livraria Civilização-Editora, s.d., p.91 (cap. XXXIII). A partir de agora a referência bibliográfica a esta obra far-se-á da seguinte forma: “Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*,...”

¹⁰ Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I da boa memória - Parte Segunda*, edição fac-similada da edição compilada por William J. Entwistle, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, p.39 (cap. XX). Daqui em diante passamos a citar *Crónica del rei Dom João I - Parte Segunda*...

tores e campos opostos claramente definidos nesta época uma vez que existiam inúmeros portugueses que tomaram o partido de Castela, sendo que o inverso também é válido. Além disso temos de ter em consideração que os próprios ingleses que vieram apoiar D. Fernando, e que, em termos teóricos, eram aliados dos portugueses, também deixaram um rasto de saque e abusos em nada inferiores aos dos inimigos oficiais¹¹. A violação desses princípios ia, por vezes, além do saque, como aconteceu com a igreja de São Marcos de Trancoso que foi incendiada pelos castelhanos¹². Acrescendo às pessoas que iam aprisionando, eram também engrossadas as fileiras dos exércitos com os frutos da pilhagem¹³, animais, víveres e todo o tipo de produtos resultantes do saque. Assim, à passagem das tropas ia ficando um rasto de destruição¹⁴. Neste particular as regiões de Viseu¹⁵ e de Coimbra foram bastante fustigadas¹⁶. Perante o aproximar do inimigo e a iminência do perigo os mosteiros eram normalmente abandonados, com os seus ocupantes simplesmente a procurarem a fuga como sucedeu, em 1369, aquando da inflexão das tropas henriquinas de Guimarães para Trás-os-Montes levando a que “todollos monges e abades dos moesteiros daquela comarca todos fugirom”¹⁷. A fuga perante o

¹¹ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385”, in *Revista de História Económica e Social*, Nº 12 (Julho-Dezembro 1983), pp.57-58; Isabel Sabido Ferreira, “Ingleses e castelhanos (Crónica de D. Fernando)”, in *A guerra até 1450*, coordenação de Teresa Amado, Lisboa, Quimera, 1994, p.467. O relato de Fernão Lopes a propósito de tais abusos é bastante expressivo: “Estas gemtes dos ingleses que dissemos, como foram apousetados em Lixboa, nom como homees que vinham pera ajudar a defender a terra, mas come se fossem chamados pera a destruir, e buscar todo mal e desomrra aos moradores della, começaram de se estemder pella cidade e termo, matamdo e roubamdo, e forçamdo mulheres, mostramdo tal senhorio e desprezamento comtra todos como se fossem seus mortaaes emmiigos” (cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, p.367 (cap. CXXXII). Num interessante ensaio, embora eivado de facciosismo, intitulado *A dominação inglesa em Portugal: o que é e de que nos tem servido a aliança da Inglaterra por um compatriota de Gomes Freire d’Andrade*, Lisboa, Editor-João António Rodrigues Fernandes, 1883, são abordadas diversas situações de abusos por parte dos ingleses em Portugal, incluindo naturalmente, o período medieval, mormente, pp. 81-87.

¹² Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I - Parte Segunda*, p.59 (cap. XXIX); João Gouveia Monteiro, “As campanhas que fizeram a história”, in *Nova História Militar de Portugal*, Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira; coordenação de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2003, Vol. I, p.245.

¹³ João Gouveia Monteiro, “As campanhas que fizeram a história”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. I, p.270. Era comum os exércitos fazerem-se acompanhar de carros próprios para transporte das pilhagens (cf. Marc Bloch, *A sociedade feudal*, 2ª ed., Lisboa, Edições 70, 2001, p.311).

¹⁴ A título exemplificativo socorremo-nos das palavras de Fernão Lopes a propósito da tomada da cidade de Braga: “e depois que el rei hi esteve huuns seis dias, veemdo como era maa de manteer, des i a terra gastada de manttiimentos, poserom-lhe o fogo, e foram-se a Guimaraaens, que som d’hi tres legoas” (cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, pp.91-92 (cap. XXXIII). Além do saque e das pilhagens a que a cidade bracarense foi sujeita foram também derrubadas diversas casas (cf. José Marques, “Braga na crise de 1383-1385”, in *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, 1994, p.239).

¹⁵ Embora numa versão romaneada, mas historicamente alicerçada, é muito interessante o quadro apresentado por José de Almeida e Silva sobre os episódios do cerco e ataque a que foi sujeita a cidade viseense pelas tropas de D. João de Castela (cf. José de Almeida e Silva, “Assolação de Viseu pelos castelhanos”, in *Pergaminhos (Contos e fantasias históricas)*, Lisboa, Paulo Guedes-Editor, 1931, pp. 111-142).

¹⁶ Não esquecer que estas duas cidades foram atacadas, embora com diferentes graus de intensidade e destruição, quer pelas tropas de D. Henrique quer pelas de D. João de Castela.

¹⁷ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, p.96 (cap. XXXV). Este aspecto é também referenciado por Carlos Selvagem, *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p.132. Estes acontecimentos tiveram lugar em Agosto e Setembro de 1369, em que D. Henrique II ao levantar o cerco a Guimarães, retirou para Castela, seguindo por Trás-os-Montes, tomou diversas localidades à sua passagem (cf. Damião Peres, “Lutas entre Portugal e Castela”, in *História de Portugal*, Vol. II, Dir. literária de Damião Peres e dir. artística de Eleutério Cerdeira, Barcelos, Portucalense Editora, 1929, p.333).

elemento surpresa poderia ser desordenada mas, normalmente, as comunidades religiosas abandonavam as suas casas monásticas de forma preventiva, buscando refúgio dentro das muralhas das vilas e cidades. Assim deverá ter sucedido com as freiras de Santa Ana e os monges de S. Francisco em finais de 1372 ou inícios de 1373, uma vez que vários dos partidários de D. Henrique, que se lhe juntaram em Coimbra, pousaram nessas casas monásticas¹⁸. Aquando desta mesma invasão também o prior do mosteiro de S. Jorge de Coimbra, D. Afonso Gonçalves, e os seus religiosos se encontravam hospedados dentro da cidade, na casa do deão da Sé, Martim Lourenço, onde ainda permaneciam a 14 de Abril de 1373 “por que nom ousavam d’estar no dicto mosteiro com receo del rey Dom Anrique e sas companhas que deziã que per aqui avyam de vyr”¹⁹. Este mosteiro agostinho, dada a sua localização, estava facilmente exposto aos ataques inimigos. Por isso e perante o perigo real que constituíam as tropas castelhanas não é de estranhar que os religiosos tenham sido obrigados, à semelhança de outras comunidades conimbricenses, a abandonar o mosteiro, para se refugiarem dentro do perímetro amuralhado da cidade. Temos assim notícia que as freiras de Lorvão também deixaram, em 1382, o seu cenóbio, para se abrigarem em Coimbra, em casa de Rui Lourenço, outro deão da Sé²⁰. Tal necessidade de hospedagem na residência do deão devia-se somente ao facto de as freiras de Lorvão não possuírem casas dentro da cidade de Coimbra o que levou o rei a conceder-lhes, a 2 de Abril de 1385, as suas casas da falcoaria onde vivia o escrivão João Anes Gago, localizadas dentro da cerca de forma a minorar assim “tam grandes perdas como ata aqui ouverom pollas grandes guerras que houve e ha em estes regnos por mingoa de casas em que se acolhessem”²¹. Também as freiras de Semide devem ter abandonado o seu mosteiro para se instalarem na cidade, de resto esse era um dos privilégios que este e outros mosteiros da região, bem

¹⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, p.190 (cap. LXXII). Mais incisivo que o cronista régio são os registos memorialistas de Santa Cruz de Coimbra, encontrando-se no “Livro das Eras” a seguinte passagem: “E de hy veosse vyndo pera Coinbra, e chegou hy aos sete dyas de Fevereiro da sobre dita era e ffoisse a cydade e leixa sseu irmaoom o Conde dom Sancho em Santa Clara de Coimbra e o Ifante dom Denis e Diego Lopez e [Lemosim] e Sam Francisco e Joam Rodriguez de Castanheda em Santa Anna e Pero Enrique nos paços del Rey de Santa Clara e outras muytas gentes em Sam Jorge...” (cf. *Anais, Crónicas e Memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, textos publicados com uma introdução por António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, p. 85).

¹⁹ IAN/TT- São Jorge de Coimbra, M. 9, n.º 39. Já tivemos oportunidade de abordar este aspecto num pequeno trabalho dedicado ao mosteiro de S. Jorge (cf. Aires Gomes Fernandes, “As relações entre a Coroa e o mosteiro de S. Jorge de Coimbra em tempos medievos”, in *Lusitania Sacra*, 2ª série, Tomo XVII, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p.356). O abandono deste mosteiro agostinho por parte da sua comunidade é também referenciado no artigo “O mosteiro de S. Jorge juncto a Coimbra”, in *O Instituto*, vol. I, Coimbra, 1853, pp. 115-116.

²⁰ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p.32; Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, p.81.

²¹ *Chancelarias Portuguesas - D. João I*, Vol. I - Tomo 2, Organização de João José Alves Dias, Transcrições de Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos - Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp.150-151.

como alguns nobres, detinham e que chegou a gerar queixas e protestos do concelho, para que o rei os mandasse “em ela velar e roldar pois se em ela acolhem em tempo de mister²²”. Na sequência de tais queixas D. Fernando ordenou que os caseiros dos mosteiros de Santa Cruz e Semide, e os demais privilegiados, participassem nas tarefas de vigilância, e recuperação ou reforço das estruturas de defesa cidadina²³. De resto já em 1373 o monarca tinha tomado decisão análoga, obrigando todos os moradores das terras dos mosteiros de Coimbra e arredores, num perímetro de doze léguas, onde não houvesse fortalezas, a trabalharem nas obras de defesa da cidade²⁴. O próprio D. João I, por carta de 5 de Maio de 1385, ordenou a diversas localidades do termo de Coimbra, casos de Cantanhede, Tentúgal ou Alvaiázere, para darem fintas e talhas e participarem nos encargos de vigilância e defesa de Coimbra, onde se abrigavam em tempo de guerra²⁵. Para aí confluíam a generalidade das populações das redondezas²⁶, incluindo naturalmente, e como já vimos, algumas comunidades religiosas, mesmo aquelas que estavam às portas da cidade. Deste modo, em 1384 e 1385 o mosteiro de Santa Clara foi abandonado pelas freiras que se instalaram dentro das muralhas, nos paços régios, justamente “com medo da guerra”²⁷. O mesmo deverá ter sucedido novamente com os cónegos de São Jorge, embora não tenhamos a confirmação documental, mas tudo indica que o mosteiro foi ocupado pelas tropas castelhanas em Agosto de 1385²⁸. É que segundo Fernão Lopes, o rei D. João de Castela, veio até Coimbra “e da parte aalem do ryo, em dereito de Sam Jorge, se apousemtaram todas suas companhas, as quaes eram tamtas que era espanto do olhar, de guisa que nom avy(a) homem que as visse”²⁹.

²² *Livro 2º da Correia (cartas, provisões e alvarás régios registados na Câmara de Coimbra) 1273-1754*, organização, leitura e notas de José Branquinho de Carvalho, Coimbra, Edição da Biblioteca Municipal, 1958, p.14 (Doc. XI); Maria Teresa Osório de Melo, *O mosteiro beneditino de Santa Maria de Semide*, Coimbra, Livraria Minerva, 1992, pp. 48-49, 81-82 (Doc.7).

²³ *Livro 2º da Correia...*, pp. 14-15 (Doc. XI); Maria Teresa Osório de Melo, *O mosteiro beneditino de Santa Maria de Semide*, p.81 (Doc. 7).

²⁴ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Porto, Portucalense Editora, vol. I, 1967, p. 365.

²⁵ *Livro 2º da Correia...*, pp. 18-19 (Doc. XIII).

²⁶ Este assomo generalizado das populações ao interior das muralhas motivava conflitos e queixas, envolvendo, sobretudo, os grupos sociais mais poderosos, como as que foram apresentadas pelo cabido da Sé em Abril de 1385, aproveitando a presença de D. João na cidade, queixando-se que muitos fidalgos se instalavam nas suas casas não só durante os tempos de guerra mas também em alturas de paz, provocando demasiados gastos, cometendo abusos e delapidando o património (cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I – Tomo 2, Organização de João José Alves Dias, Transcrições de Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, pp. 97-98).

²⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, Vol. I, p. 32.

²⁸ Maria Helena da Cruz Coelho, “Coimbra em tempos medievais (séculos XIV-XV)”, in *A História tal qual se faz*, coordenação de José d’Encarnação, Lisboa, Edições Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, p. 67.

²⁹ Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I - Parte Segunda*, p.58 (cap. XXIX). Bernardo Brito Coelho, *História Breve de Coimbra*, 2ª ed. anotada por António Francisco Barata, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, p.26, também refere o acampamento das tropas castelhanas e as escaramuças provocadas.

Indiscutivelmente, as guerras luso-castelhanas registadas quer no reinado de D. Fernando quer no período subsequente à sua morte, revelaram-se extremamente funestas para as casas religiosas da região do Mondego. Perante a ameaça castelhana os mosteiros, além de se verem desprovidos das suas comunidades, eram frequentemente saqueados e danificados como aconteceu com o cenóbio de Santa Maria de Seiça pilhado nesse mês de Agosto de 1385³⁰.

Também no Norte do país houve comunidades monásticas que procuraram o reforço da sua segurança como sucedeu com o mosteiro de Santo Tirso, recolhendo-se, entre 1383 e 1385 o abade, D. Vicente Rodrigues, e a sua comunidade beneditina na cidade do Porto³¹. Há mesmo autores que afirmam que o mosteiro foi ocupado pelas tropas do castelhano Fernando Afonso Zamora, em 1384, onde acabou por ser surpreendido pelo conde D. Pedro, que se dirigiu do Porto a Santo Tirso e aí o aprisionou³². No entanto e apesar de ser bastante plausível tal hipótese, a crónica de D. João apenas diz que o castelhano se instalou nessa localidade não especificando o sítio³³. Os monges negros de Santo Tirso regressaram ao mosteiro antes de 15 de Outubro de 1385, dia em que D. João I, indo em direcção à cidade de Guimarães o visitou³⁴. Quem também se acolheu na cidade do Porto, para fugir à ameaça castelhana, foram as freiras de Arouca³⁵.

A ocupação dos edifícios religiosos por parte das tropas era uma situação recorrente quer por questões de logística, sendo seguramente dos edifícios mais espaçosos da altura e que por isso poderiam albergar uma grande quantidade de pessoas, quer pelo facto de aí existirem, por norma, interessantes reservas alimentares. Assim e à semelhança do que aconteceu noutros locais do reino também na região de Lisboa alguns mosteiros foram abandonados e ocupados pelas tropas inimigas, caso do de S. Francisco, e muito provavel-

³⁰ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, p.32; Eurico Silva, *Convento de Seiça: Memórias*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1999, p. 38.

³¹ Armindo de Sousa, “Benedictinos e Mendicantes em Portugal nos finais da Idade Média (uma questão de prestígio)”, in *Actas do Ciclo de Conferências das Comemorações do 4º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória*, Arquivo Distrital do Porto, 1997, p. 167.

³² António Augusto Pires de Lima, “Subsídios para a história de Santo Tirso”, in *O concelho de Santo Tirso: Boletim Cultural*, Vol. I - Nº 2, Câmara Municipal de Santo Tirso, 1952, pp. 129-130.

³³ Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I da boa memória - Parte Primeira*, edição fac-similada da edição do Arquivo Histórico Português (1913) preparada por Anselmo Braancamp Freire, com prefácio de Luís F. Lindley Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, p.202 (cap. CXVII). Em próximas citações a obra será referenciada da seguinte forma: Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I - Parte Primeira...*

³⁴ Humberto Baquero Moreno, *Os itinerários de el-rei Dom João I (1384-1433)*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988, pp. 20, 234.

³⁵ Luís Miguel Répas, “As abadessas cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estudo de trajetórias individuais ou familiares”, in *Lusitania Sacra*, 2ª série, Tomo XVII, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 82 (nota 67)

mente o de Santos, ambos em 1373³⁶, ou o de Chelas, em 1383, com as religiosas deste último a instalarem-se em diversas casas dentro das muralhas da cidade, adquirindo nessa altura, por permuta, casas próprias, para aí se recolherem em tempos de guerra³⁷. Já o mosteiro de Santos, situado no exterior das muralhas, voltou, pouco mais de uma década depois, a ser ocupado pelas tropas inimigas, como revela Fernão Lopes, decorrendo aí, em Julho de 1384, a reunião das chefias militares castelhanas para decidir a estratégia de ataque à frota portuguesa que se deslocava do Porto para Lisboa³⁸. Nesse mesmo mosteiro ficaram inúmeros doentes, abandonados pelos castelhanos, quando, por causa da peste, levantaram o cerco a Lisboa³⁹ e partiram, a 5 de Setembro de 1384, para Torres Vedras⁴⁰.

Também em Évora se refugiaram “as freyras e a abadessa de sam Beemto, dhum moesteiro nom lomge desse lugar, dentro na çidade em huas suas casas que som no muro quebrado, com rreço e temor da guerra que sse ja estomce começava descubertamente”⁴¹. Essa mesma abadessa foi vítima da ira popular, sob acusação de obedecer à rainha D. Leonor Teles, tendo sido arrastada de dentro da Sé de Évora, onde tinha ido ouvir missa, e assassinada pelos revoltosos⁴². Apesar do cronista não identificar a abadessa nem o mosteiro a que pertencia, deverá tratar-se de D. Joana Peres, abadessa do convento de São Bento de Cástris⁴³, justamente localizado nas cercanias de Évora. E se a população irada cometia atrocidades desta natureza, e outros excessos e injustiças não deixa de ser verdade que também houve elementos do clero que tomaram o partido de D. Beatriz e que acabaram por se refugiar em Castela, como é o caso de Frei Lopo Fernandes, antigo abade do mosteiro de

³⁶ “E el rei Dom Henrique chegou muito dasessego com toda sua hoste per cima de Santo Antom des i per Vallverde, pera ir pousar no moesteiro de Sam Francisco, e o Inffante Dom Denis com elle: como quer que alguuns escrepvem, que el tragia em vooomtade de hir pousar ao moesteiro de Samtos, que arredado da cidade quanto sera huum quarto de légua, e os seus encaminharom per desvairadas partes direito pera ella, e entom ordenou de pousar em Sam Francisco, que he logar alto, de que toda bem podia veer.” (cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, p.194 (cap. LXXIII). Esta ocupação deverá ter ocorrido a 23 de Fevereiro de 1373, dia da chegada das tropas castelhanas a Lisboa (cf. João Gouveia Monteiro, “As campanhas que fizeram a história”, in *Nova História Militar de Portugal*, Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira; coordenação de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2003, Vol. 1, p. 255).

³⁷ Maria Filomena Andrade, *O mosteiro de Chelas: Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média* – Património e Gestão, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 43-47.

³⁸ Luís Miguel Duarte, “A marinha de guerra portuguesa”, in *Nova História Militar de Portugal*, Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira; coordenação de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2003, Vol. I, pp. 339-341.

³⁹ Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I - Parte Primeira...*, p. 277 (cap. CLI).

⁴⁰ Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I - Parte Primeira...*, p. 276 (cap. CL); Valentino Viegas, *Cronologia da Revolução de 1383-1385*, Lisboa, Editorial Estampa, 1984, p. 134.

⁴¹ Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I - Parte Primeira...*, p. 79 (cap. XLV).

⁴² Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I - Parte Primeira...*, pp. 79-80 (cap. XLV).

⁴³ Maria Ângela Godinho V. da Rocha Beirante, “O Alentejo na 2ª metade do século XIV – Évora na crise de 1383/1385”, in *Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1986, p.375; Maria Alegria Fernandes Marques, “O mosteiro de Alcobaça na transição dos séculos XIV e XV: o protagonismo de D. João Dornelas”, in *Cister: Espaços, Territórios, Paisagens* (Actas do Colóquio Internacional – 16-20 de Junho de 1998), Lisboa, Ministério da Cultura - Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, Vol. I, p. 79.

S. João de Arnóia⁴⁴. O certo é que a generalidade do clero, pelo menos dos casos que se conhecem e que são sobretudo veiculados pela crónica joanina e, maioritariamente, respeitantes ao clero secular, tomaram o partido do Mestre de Avis⁴⁵, onde sobressai o arcebispo de Braga, D. Lourenço Vicente. Esta relevante figura eclesiástica teve participação activa nos conflitos, é que além de ter sido incumbido, em 1384, de organizar a armada portuguesa⁴⁶, esteve presente, em 1385, na tomada de Guimarães⁴⁷ e combateu na batalha de Aljubarrota onde foi ferido, isto a fazermos fé na carta que escreveu a D. João de Ornelas, abade de Alcobaça⁴⁸. Também o abade de Santa Maria de Bouro, se envolveu directamente no terreno, chefiando, em 1384, um exército de 600 homens que combateu os castelhanos na Portela do Homem.

Posição bem conhecida é também a do mosteiro de Alcobaça, que apoiou a causa “nacionalista” realçando-se o protagonismo do seu abade, D. João de Ornelas, personagem que o ilustríssimo Alexandre Herculano immortalizou no seu romance “O Monge de Cister”, e que foi um indefectível apoiante do Mestre de Avis⁴⁹. De resto o Mestre nas vésperas das Cortes de Coimbra, em trânsito para a cidade mondeguna, passou pelo castelo de Alcobaça⁵⁰. Após a vitória na batalha de Aljubarrota D. João pernitoou no mosteiro cisterciense de Santa Maria de Alcobaça⁵¹, onde foram também sepultados muitos dos portugueses mortos em Aljubarrota⁵², sendo que esta função de espaço sepulcral não deixa de ser também um importante aspecto na interacção entre os mosteiros e a guerra, como de resto, séculos antes, o tinha sido o mosteiro de S. Vicente de Fora, aquando da tomada da cidade de Lisboa sob o comando

⁴⁴ José Marques, “Braga na crise de 1383-1385”, in *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, 1994, p. 254.

⁴⁵ Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Os estratos sociais em 1383-85”, in *Beira-Alta*, Vol. XLIV, Fasc.2 (Número Especial comemorativo da revolução de 1383-1385), 1985, pp. 237-239.

⁴⁶ Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e combates da Marinha Portuguesa*, Vol. I (1139-1521), Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989, p. 37.

⁴⁷ Monsenhor Cónego José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopales da Igreja Primacial de Braga (Séc. III-Séc. XX)*, Tomo II, Edição da Mitra Bracarense, 1930, p. 195.

⁴⁸ D. Rodrigo da Cunha, *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Reprodução Fac-similada com nota de apresentação de José Marques, Braga, 1999, vol. 2, pp. 203-204. É aí reproduzida uma suposta carta escrita pelo arcebispo de Braga ao abade de Alcobaça, no entanto a data que aí consta é 1386, quando, pelo teor da missiva, deveria ser 1385. Como desconhecemos o original não podemos asseverar a veracidade ou não de tal carta, de resto a sua real existência parece ser muito duvidosa como deixa antever o Monsenhor Cónego José Augusto Ferreira, *op. cit.*, Tomo II, p.197, ao referenciá-la como “pretensa carta”.

⁴⁹ Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I - Parte Primeira...*, 1977, p.340 (cap. CLXXX); Maria Alegria Fernandes Marques, *op. cit.*, p.78; José António Rodrigues do Carmo, *A batalha de Aljubarrota: Uma explicação geográfica*, Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências e Sistemas de Informação Geográfica, Lisboa, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 50.

⁵⁰ Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I - Parte Primeira...*, p. 340 (cap. CLXXX).

⁵¹ Fernão Lopes, *Crónica del rei Dom João I - Parte Segunda*, p.111 (cap. XLVI); Humberto Baquero Moreno, *Os itinerários de el-rei Dom João I (1384-1433)*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988, pp. 20, 232.

⁵² Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 88.

de D. Afonso Henriques⁵³. No rescaldo da contenda foi ainda o mosteiro alcobacense contemplado com valiosos despojos de guerra dos quais se podem destacar uma cruz e dois castiçais de cristal que pertenciam à capela do vencido D. João de Castela⁵⁴.

2 – As consequências a médio e longo prazo

Além das repercussões directas que a guerra teve em alguns mosteiros importa também assinalar as consequências que estes conflitos tiveram em termos de médio e longo prazo nas casas monásticas, e que se relacionam, grosso modo, com questões económicas já que em termos sociais, mormente de quantitativo humano, é difícil estabelecer ou pelo menos comprovar inequivocamente a ligação entre os conflitos e uma eventual diminuição do número de elementos de uma qualquer comunidade monástica, embora as estimativas apontem nesse sentido⁵⁵.

Em termos económicos há a realçar desde logo os gastos com a recuperação dos edifícios e dependências que foram destruídos. Não menos importante é a questão da perda das culturas quer em terras emprazadas quer nos domínios directos dos mosteiros, e recorde-se que muitas vezes as culturas eram incendiadas quer pelos inimigos quer pelas próprias populações no recorrente sistema de terra queimada, o que acarretava uma diminuição drástica na produção e nas rendas. Por outro lado a insegurança generalizada que se vivia contribuía para que muitas terras fossem abandonadas ou deficientemente amanhadas. Isso acaba por se reflectir de forma evidente na última trintena de trezentos, mais a mais quando a generalidade dos mosteiros se encontrava extremamente dependente de uma economia agrária. Por exemplo o mosteiro de Alcobaça queixava-se que as rendas da abadia estavam muito “apouquentadas”, tanto por motivo da peste como das guerras com Castela, levando D. Fernando a dar-lhes, em 1374, a aldeia de Pataias⁵⁶. Em 1390 é o prior do mosteiro de Vilela, e simultaneamente capelão do rei, que se queixa que o seu mosteiro recebeu grandes perdas e danos por causa da guerra, com

⁵³ “Depoys que el rey assi houve fundados os ditos moesteyros como dito he os Theutonicos: e gran parte dos Engreses edas outras nações foram filhar suas sepulturas no moesteyro de Sam Vicente de Fora e aly enterraram todos corpos dos sanctos martyres que foram mortos na entrada da dita cidade e combates della” (cf. *Cronica da fundaçom do moesteyro de Sam Vicente dos conegos regrantes: da hordem do aurelio doctor Sancto Augustinho em a cidade de Lixboa* (reprodução fac-simile da edição ordenada por D. João III e impressa em Coimbra em 1538), Porto, Imprensa Portuguesa, 1873, s.p. [fl. 8v^o]).

⁵⁴ Maria Alegria Fernandes Marques, *op. cit.*, pp.78, 87 (nota 41); Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, p.88.

⁵⁵ A. H. de Oliveira Marques, “O clero nos séculos XIV e XV (alguns aspectos)”, in *Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1986, p.48-50.

⁵⁶ Iria Gonçalves, *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989, p.356; Maria José Pimenta Ferro Tavares, *Pobreza e morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p.47. O documento referente a esta doação encontra-se transcrito e publicado por Saul António Gomes, “O mosteiro de Alcobaça ao tempo do rei D. Pedro I”, in *Actas do Colóquio Inês de Castro*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2005, pp. 76-78.

a agravante de muitos fidalgos aí pousarem e delapidarem o património da instituição⁵⁷, queixas repetidas em 1394 pelo mosteiro de Paço de Sousa⁵⁸. Esta é, de resto, uma informação que surge com alguma frequência na documentação monástica dos finais do séc. XIV, com constantes referências às grandes perdas e danos sofridos “per razom de grandes guerras que forom em estes regnos”⁵⁹. No sínodo diocesano de Braga de 1398, de D. Afonso Pires da Charneca, é também relembrada essa situação penosa:

“E ora achava o dicto arcebispado moy dapnificado per as gerras que forom e som em estes regnos co’os castellãaos per os quaes era tomada e ocupada hua gram parte do arcebispado na comarca d’Aalém dos Montes, hu o dicto arcebispado avia ha moor parte das suas rendas. E que os paaços da dicta eigreja que som dentro na dicta cidade e as camaras e granjas do dicto arcebispado, assy d’Aalém dos Montes como d’Aaquém eram destroydas e aviam mester grande adubia e nom se podiam reparar sem grandes despesas.”⁶⁰

Há um outro aspecto que acabou também por afectar alguns mosteiros que tinham bens aforados e emprazados a pessoas que tomaram o partido de Castela, e que acabaram por fugir para o outro lado da fronteira, ou que deixaram de pagar as rendas, obrigando os mosteiros a recorrer à justiça para romperem os contratos. Assim aconteceu com o mosteiro de S. Jorge de Coimbra que obteve sentença favorável do vigário de Coimbra, a 18 de Agosto de 1375, numa contenda contra Maria Domingues, mulher de Vasco Peres, que fugiu para Castela por ter entregue o castelo de Penela ao inimigo⁶¹.

Não de somenos importância é o facto de alguns mosteiros, à semelhança do que aconteceu com alguns nobres, não terem optado pelo partido do mestre de Avis, acabando posteriormente por sofrer retaliações, como é o caso do mosteiro de Santa Maria de Maceiradão, revertendo algum do seu

⁵⁷ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. II – Tomo 1, Organização de João José Alves Dias, Transcrições de José Jorge Gonçalves, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, p.32; *Chartularium Universitatis Portugalensis*, Vol. II (1377-1408), documentos coligidos e publicados por A. Moreira de Sá, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968, p. 189.

⁵⁸ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. III – Tomo 1, Organização de João José Alves Dias, Transcrições de João Carlos Oliveira, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 140-141.

⁵⁹ José Marques, *O estado dos mosteiros beneditinos da arquidiocese de Braga, no século XV*, Braga, 1981, (Separata da Revista Bracara Augusta, Vol. XXXV – Fasc. 79 (92) Janeiro-Dezembro de 1981), p.14. Apesar de neste trabalho abordarmos apenas a situação das casas monásticas convém não esquecer que a guerra trouxe consequências extremamente negativas em termos económicos e sociais para a população em geral, assistindo-se ao inevitável aumento da pobreza e da mendicidade mas também ao despovoamento de diversas localidades, pululando os exemplos entre a documentação da chancelaria de D. João I. De resto esta temática das consequências da guerra, mormente o despovoamento e a pobreza, foi já retratada por Maria José Pimenta Ferro Tavares, “Para o estudo do pobre em Portugal na Idade Média”, in *Revista de História Económica e Social*, Nº 11 (Janeiro-Junho 1983), pp. 34-36.

⁶⁰ *Synodicon Hispanum*, Vol. II, p. 60.

⁶¹ Abílio Queirós, “Catálogo dos Pergaminhos do Mosteiro de S. Jorge de Coimbra (1264-1578)”, in *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vols. XXIII e XXIV (2003-2004; 2005-2007), Coimbra, 2007, p. 33.

património para os apoiantes de D. João⁶². Também a abadessa e o convento de Santa Clara de Vila do Conde receberam o senhorio da Póvoa de Varzim, anteriormente em posse do conde D. Gonçalo Teles de Meneses que se associou aos castelhanos⁶³. E se uns eram punidos outros obtinham algumas regalias, como é denunciativo o curioso privilégio concedido ao mosteiro de Odivelas, pelo qual, a 1 de Junho de 1388, o rei isentou todos aqueles que lavrassem as herdades desse mosteiro cisterciense de servirem na guerra por terra ou mar⁶⁴.

Um outro problema suscitado por estes conflitos ibéricos é a questão dos bens territoriais transfronteiriços, que acaba por ter grande repercussão nos mosteiros raianos, uma vez que, geralmente, possuíam bens em Portugal e Castela como é o caso do mosteiro de Santa Maria de Aguiar⁶⁵, com diverso património em Castela, ou o de Oia com muitos bens em Portugal, bens esses que lhe foram sequestrados⁶⁶. Curiosamente, no caso do mosteiro galego, o abade pediu a protecção do rei português, recuperando assim esse património. Mas este tipo de situações provocava enormes constrangimentos às instituições monásticas e arrastavam-se no tempo, de resto, ainda em 1419 diversos mosteiros, localizados na diocese de Compostela, solicitavam autorização ao papa Martinho V para venderem os bens que possuíam em território português dos quais não recebiam nada em virtude das guerras entre lusos e caste-

⁶² Alexandre Alves, *O Real Mosteiro de Maceira Dão (Concelho de Mangualde)*, Mangualde, Câmara Municipal de Mangualde, 1992, p.54. Os bens de muitos portugueses partidários da causa castelhana foram, após a batalha de Aljubarrota, confiscados e entregues aos apoiantes de D. João I (cf. “Memoria para a historia da agricultura em Portugal”, in *Memorias de Litteratura Portuguesa*, Tomo II, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1792, p. 25), de onde se pode tomar como exemplo o incontornável Doutor João das Regras, conselheiro e privado de D. João I e prior da colegiada de Santa Maria de Oliveira de Guimarães, que ficou em posse de bens que pertenciam a Martim Vasques da Cunha, incluindo a administração dos hospitais de Santo Eutrópio e Santa Bárbara (cf. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. II, Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Braga-Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1970, pp. CXXXV- CXXXV). De resto a chancelaria de D. João I é pródiga em exemplos e se aqueles que se colocaram ao lado de Castela se viram alheados dos seus bens importa também dizer que muitos dos que foram prejudicados pela guerra obtiveram também compensações régias como é o caso do contador Diogo Aires, que recebeu de D. João uma almuíña em Lisboa, a par de S. Domingos, em virtude de lhe terem sido destruídos bens avaliados em mil libras (cf. *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I – Tomo 1, Organização de João José Alves Dias, Transcrições de Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2004, pp. 207-208).

⁶³ Joaquim Pacheco Neves, *O mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, Câmara Municipal de Vila do Conde, 1982, p.32. Em 1382 D. Fernando confirma a D. Gonçalo Teles diversos senhorios incluindo Vila do Conde e Póvoa de Varzim, mas em 1395 já os tinha perdido como se depreende da documentação (cf. Carlos da Silva Tarouca, *Cartulário do mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, (Edição guerra-similada da Revista de Arqueologia e História, 8ª série, vol. IV, 1947), Vila do Conde, Associação Comercial e Industrial, 1986, pp. 71-74).

⁶⁴ *Chancelarias Portuguesas – D. João I*, Vol. I – Tomo 3, Organização de João José Alves Dias, Transcrições de Pedro Pinto, Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 194.

⁶⁵ Júlio António Borges, *O mosteiro de Santa Maria de Aguiar e os monges de Cister*, Edição da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, 1997, p. 60.

⁶⁶ José Marques, “Cartas inéditas de D. João I do Arquivo Histórico Nacional de Madrid: Novos elementos para o estudo das relações galaico-portuguesas no século XV”, in *Jornadas sobre Portugal Medieval (Leiria - 1983)*, Leiria, Edição da Câmara Municipal de Leiria, 1986, p. 140.

lhanos e das respectivas posições assumidas pelos diferentes reinos, e mesmo dioceses, em relação ao Cisma⁶⁷.

Outro aspecto importante é que as instituições monásticas eram também obrigadas a contribuir monetariamente para as despesas da guerra. Nas Cortes de Coimbra de 1385 um dos principais temas levados à discussão foi justamente o do financiamento da guerra⁶⁸, tendo sido aí aprovado um pedido de 400 mil libras⁶⁹. E mesmo não se conhecendo com rigor a abrangência deste imposto nas diversas casas religiosas, é inegável que todas elas foram afectadas, a não ser que tenham sido isentadas. Sabe-se que, por exemplo, o mosteiro de S. Miguel de Vilarinho pagou, referente à primeira prestação, 12 libras e meia no dia 9 de Julho de 1385, sendo que o prazo inicialmente estipulado para o vencimento dessa taxa tinha sido a festa de S. João Baptista⁷⁰. A 26 de Julho de 1389 este mesmo mosteiro pagava nova taxa para imposto de guerra⁷¹ que tinha sido aprovado nas Cortes de Lisboa de Março de 1389.

E se é indesmentível que, directa ou indirectamente, a guerra debilitou diversas instituições eclesiásticas, também é certo que o sopro de Marte teve o condão de germinar este mosteiro⁷², cuja grandiloquência e magnitude são sintetizadas nestes versos de António Correia de Oliveira:

“Sou o tempo e a eternidade:
Sou lusitana saudade,
Sendo a esp’rança portuguesa”⁷³

⁶⁷ *Monumenta Portugaliae Vaticana*, Vol. III-2 (Súplicas do pontificado de Martinho V), Documentos publicados com introdução e notas por António Domingues de Sousa Costa, Braga, Livraria Editorial Franciscana, 1982, pp. 173-174.

⁶⁸ Armindo de Sousa, *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, Vol. 1, p.291. A questão das sisas gerais lançadas para fazer face às despesas da guerra seriam novamente alvo de discussão nas Cortes de 1387, tanto nas de Coimbra como nas de Braga (cf. João Pedro Ribeiro, “Memórias sobre as fontes do Código Filippino”, in *Memórias de Literatura Portuguesa*, Tomo II, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1792, p. 68).

⁶⁹ Marcello Caetano, “As cortes de 1385”, in *A crise nacional de 1383-85*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo, 1985, p. 57.

⁷⁰ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.37; José Marques, *A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 770.

⁷¹ IAN/TT- Mosteiro de S. Miguel de Vilarinho, M.4, Doc.45; José Marques, “Braga na crise de 1383-1385”, in *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*, Fundação Calouste Gulbenkian-JNICT, 1994, p. 252.

⁷² Trata-se do mosteiro da Batalha, local onde foi apresentada a comunicação aqui vertida em texto.

⁷³ António Corrêa d’Oliveira, “O Santo Condestável”, *Hora Incerta: Pátria Certa*, Lisboa, Edições S.N.I., 1948, p. 99.